

Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com as novas práticas contábeis

Esta pesquisa objetiva descrever as medidas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da contabilidade. Foram colhidos dados por meio de questionários enviados aos coordenadores do curso de Ciências Contábeis e das grades curriculares dos cursos nos sites das IFES. Das 36 IFES com curso de Ciências Contábeis, 18 coordenadores responderam aos questionários e 29 grades curriculares disponibilizadas nos sites foram investigadas. Verificou-se um razoável nível de compatibilidade com as propostas nacionais e internacionais nas disciplinas e nos conteúdos oferecidos nos cursos de Ciências Contábeis das IFES. Dezesete IFES ofertam a disciplina Contabilidade Internacional sendo que em oito delas na modalidade eletiva. As disciplinas que mais sofreram mudanças devido às novas práticas contábeis foram: Teoria da Contabilidade, Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Contábeis. Dez IFES apontaram a qualificação dos docentes como a principal dificuldade em relação ao ensino das novas práticas. Concluiu-se que ainda foram poucas as iniciativas das IFES visando o aperfeiçoamento docente nessa área, resumindo-se, principalmente, a oferta de palestras.

1. INTRODUÇÃO

Em decorrência do processo de globalização, as fronteiras comerciais entre as nações tornaram-se cada vez mais estreitas. Migrou-se de um mundo nacionalista e protecionista para outro cuja limitação geográfica não impedia a livre comercialização e no qual as negociações e convivência harmônica entre países foram ampliadas. A contabilidade adaptou-se a esta nova realidade através do emprego da harmonização das normas e práticas contábeis.

A harmonização contábil significa a adoção de avançados padrões contábeis, de qualidade e de aceitação internacional convergindo-os às normas locais de contabilidade de cada nação. No Brasil, assim como em diversos países das mais variadas regiões do mundo, o padrão adotado foi o do *International Accounting Standard Board* (IASB). A partir de 2005, as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) tiveram sua adoção compulsória em todos os países da União Européia, que segundo Schmidt (2007, p.04):

Seus pronunciamentos são aceitos como ferramenta de publicação em quase todas as bolsas de valores do mundo, para as empresas que nelas desejem ser cotadas, auxiliando dessa forma o acesso aos mercados de capitais mundiais e tornando as empresas que utilizam tais padrões capazes de ser ativamente participantes da atual economia globalizada.

No Brasil, várias medidas foram tomadas para a adequação às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Entre elas destacam-se as sanções das leis nº 11.638/07 11.941/09 e a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A lei nº 11.638/07 veio para dar maior transparência e qualidade às informações produzidas pela contabilidade (GIROTTI, 2009).

Mudanças na contabilidade geram, por conseqüência, mudanças no ensino da ciência contábil. Logo, com a harmonização contábil, assuntos novos devem estar inseridos no conteúdo programático dos cursos de Ciências Contábeis, oferecendo o que há de mais atual para os futuros contadores.

Oliveira, *et al.* (2008, p.02) frisa:

Há necessidade urgente em formar contadores mais qualificados, principalmente com conhecimentos de US GAAP, finanças internacionais, tecnologia da informação e com o domínio da língua inglesa. Diz ainda que, para aqueles que

preenchem tais requisitos mínimos, não faltarão boas oportunidades na auditoria, na contabilidade financeira e na controladoria, principalmente em corporações transnacionais de primeira linha.

O ensino das normas contábeis harmonizadas a padrões internacionais deve ser uma das maneiras para sua adequada implantação nas empresas. Profissionais com conhecimento das novas práticas contábeis têm mais competência para disseminar esta ideia nas empresas. Niyama (2008, p.32) lista as principais limitações da influência do ensino na implantação das normas internacionais nas empresas:

- a) Poucos cursos notoriamente de excelente qualidade;
- b) Poucos docentes com formação acadêmica e titulação adequados; e
- c) Regras para o *financial reporting* estão nas mãos de órgãos governamentais que editam normas contábeis. A profissão contábil e a academia têm pouca participação ou capacidade de influir.

Gomes (2008, p.30) mostra o caminho a ser seguido para o efetivo sucesso da convergência internacional quando diz que:

Partir da mudança cultural em nível das salas de aulas universitárias, de onde emerge todo o embasamento teórico, buscando inserir esse novo conceito do contador global, para a aplicabilidade no mundo das práticas contábeis, parece ser o caminho mais curto para o reconhecimento da real necessidade desse equilíbrio tão almejado.

Há de se lembrar que o aluno em formação nas universidades serão os futuros profissionais atuantes nos mais variados ramos do mercado. Oferecer aos discentes conteúdos adequados e atualizados com as exigências do mercado é obrigação destas instituições. Porém, esta não é uma realidade constante em todas as universidades, pois, segundo Oliveira, *et al.* (2008, p.01) “as universidades não foram felizes, na sua grande maioria, em preparar o profissional contábil para uma era pós-industrial, quando os serviços passaram a ser preponderantes nas economias da maioria das nações”.

Ações nacionais como a Resolução nº 10/2004 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) e internacionais como o *Revised Model Accounting Curriculum* da Organização das Nações Unidas foram implementadas como forma de melhorar a qualidade do conteúdo ministrado ao futuro contador.

A qualidade do conteúdo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis também é responsabilidade dos docentes. Uma boa formação acadêmica e um programa adequado de atualização contínua do docente contribuem para a produção de informações transparentes e confiáveis sobre a situação econômica, financeira e patrimonial das empresas.

Tendo em vista a relevância das mudanças trazidas pela adoção das normas internacionais de contabilidade foi formulada a seguinte questão de pesquisa: Quais as medidas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis decorrentes da convergência internacional da contabilidade?

O estudo tem como objetivo geral: descrever as medidas adotadas pelas IFES acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da contabilidade.

Para responder ao problema de estudo e atingir o objetivo da pesquisa procedeu-se a pesquisa exploratório-descritiva, em que realizou-se pesquisa bibliográfica, com o uso de livros, artigos etc. e pesquisa documental; por meio de leis, resoluções; além da aplicação do questionário aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis das IFES brasileiras. A pesquisa caracteriza-se também como quali-quantitativa.

2. CONVERGÊNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A história está repleta de situações em que a contabilidade necessitou atualizar-se para acompanhar as mudanças da sociedade. O mais recente exemplo é a harmonização das práticas contábeis, posteriormente tratada por muitos estudiosos como convergência contábil.

A contabilidade caminhava para ser uma ciência que resultava em informações com diferentes conteúdos e com pouco entendimento por muitos usuários, principalmente os de diferentes países, devido às diferentes normas e orientações divergentes de cada país. A necessidade dos usuários por informações compatíveis mundialmente era notória. Estes precisavam de uma contabilidade unificada por padrões compreensíveis, aceitáveis e de fácil avaliação por sua parte.

Oliveira, *et al.* (2008, p.02) enfatiza que “a contabilidade é a linguagem universal dos negócios. Portanto, é urgente que passem a existir critérios contábeis aceitos em toda parte do mundo”.

Inicialmente, surgiu a Contabilidade Internacional, disciplina que analisava as semelhanças e diferenças na contabilidade feita nas diferentes nações e regiões do mundo. O objetivo dessa disciplina com a disseminação dessas semelhanças e, principalmente, das diferenças era contribuir para a busca de uma linguagem universal para a contabilidade, de forma que as informações produzidas no Japão, por exemplo, fossem inteligíveis para os Ingleses ou que um investidor brasileiro conseguisse analisar as demonstrações elaboradas no Canadá. Harmonização das práticas contábeis é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, porém fornece uma uniformização de métodos gerando informações inteligíveis e com credibilidade (NIYAMA, 2008, p. 38).

Amenábar (2001, p.16) ratifica o conceito de harmonização quando diz que:

Harmonização Contábil é um processo através do qual vários países de comum acordo realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis pra torná-los compatíveis, partindo da identificação de uma teoria geral da contabilidade e um marco conceitual comum que fundamente suas normas contábeis, considerando a influência dessas normas na economia, e respeitando as características e peculiaridades de cada país dentro de um contexto de integração econômica.

Segundo Meirelles Junior (2009, p.03),

A verdadeira harmonização deve ser um processo realmente internacional, mas que não fira a contabilidade como ciência e a integridade cultural dos países. Deve vir como consequência normal dos processos de interação social e comercial e não como imposição [...].

Com o crescimento da complexidade dos negócios, a disciplina Contabilidade Internacional veio para sanar uma antiga dificuldade da contabilidade: a comparabilidade das práticas contábeis entre as nações. A Contabilidade Internacional surgiu para minorar as agruras de quem queria investir fora de seu país e até recentemente tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparação (CARVALHO, 2009, p.15).

Hoje a Convergência Internacional da Contabilidade é uma realidade em todos os setores da economia, público ou privado, pequeno, médio ou grande empreendimento. Como vantagem da adoção dos critérios internacionais pode-se elencar: a redução das barreiras comerciais entre os países, devido a confiança no sistema de contabilidade adotado; aumento da competitividade entre as empresas, maior transparência das informações, a redução dos custos das empresas multinacionais e/ou investidoras, para elaborar as demonstrações contábeis. A harmonização contábil internacional contribuirá para a auditoria devido a redução de custos; além do aumento da compreensibilidade por parte dos usuários das

informações geradas, independente de onde ou por quem tenham sido geradas (NIYAMA, 2009, p. 39).

Porém, deve-se considerar que o processo de harmonização não é o mesmo em todos os países. Cada um tem suas facilidades e dificuldades e dentre as dificuldades as mais observadas são: regime legal de cada país; alto custo de regularização de novas normas contábeis; a forte influência da legislação tributária e trabalhista em relação a contabilidade; a resistência dos países em adotar as práticas internacionais devido ao protecionismo; e, segundo Niyama, (2008, p. 39) “[...]uma discussão mais aprofundada sobre a harmonização de **currículos básicos de cursos de ciências contábeis**[...]”(grifo nosso).

Sendo o processo de implantação único em cada país, há alguns com maior ou menor dificuldade na adoção das normas internacionais. Por exemplo, os países que não possuem um padrão próprio de contabilidade, nem um sistema legal, nem órgão de representação profissional suficientemente forte têm maior facilidade de implantação. Os que não possuem essas características encontram barreiras protecionistas para adequação às normas internacionais de contabilidade (NIYAMA, 2008, p.38).

A harmonização contábil internacional também é vantajosa para os países emergentes que buscam investimentos dos mais variados tipos. Estes necessitam adequar-se às necessidades dos investidores, tornando o país um bom local para a guarda dos recursos estrangeiros.

Os países interessados numa maior credibilidade de suas informações contábeis adaptaram suas normas aos padrões internacionais de contabilidade. Organismos foram criados e outros repensados para auxiliar no processo de harmonização contábil, tais como o IASB, *International Federation of Accountants* (IFAC), *Financial Accounting Standards Board* (FASB), grupos de estudos como o *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) entre outros.

Internacionalmente, pode-se destacar o trabalho da Organização das Nações Unidas (ONU) através do grupo de estudos denominado ISAR. Seu trabalho concentra-se em examinar práticas de contabilidade financeira e recomendar conjunto mínimo de informações a serem evidenciadas. Contribui ainda na disseminação de boas práticas contábeis, tais como, governança corporativa, implantação das IAS/IFRS, contabilidade para pequenas e médias empresas dentre outras, atuando em diversas áreas da contabilidade.

No caso brasileiro, tem-se: a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do qual participam representantes de diversos órgãos ligados aos profissionais e às informações contábeis e que é responsável pela harmonização contábil brasileira; a sanção das Leis nº11.638/07 e 11.941/09 que ratificaram a convergência, dando a ela um caráter impositivo.

O CPC é um organismo autônomo das entidades representadas que tem por objetivo, segundo o art. 3º da Resolução nº. 1.055 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC):

Art. 3º [...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O CPC emite Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas, que devem ser transformados em atos normativos do CFC e/ou outros órgãos normativos para poderem ser implementados.

Em dezembro de 2010, o CPC revisou algum desses pronunciamentos por meio dos documentos R1 e R2, revisão 1 e 2, respectivamente.

3. ENSINO DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os pronunciamentos técnicos do CPC, no caso brasileiro, conciliam as normas locais de contabilidade com as principais normas internacionais, agilizando o processo de harmonização contábil. Os pronunciamentos emitidos pelo CPC focam em torno da mensuração, reconhecimento, avaliação e divulgação de ativo, passivo, receitas, despesas e fatos que os influenciem.

Muitas são as mudanças que, como visto, influenciam em diversas disciplinas. Questiona-se, porém, se todas essas alterações podem ou devem ser trabalhadas em uma única disciplina, como Contabilidade Internacional; se os assuntos que não puderam, ou ainda não foram convergidos, não são relevantes para o ensino da contabilidade.

A disciplina Contabilidade Internacional é um suporte ao ensino das novas práticas contábeis. Esta disciplina busca mostrar o nível atual de harmonização às normas internacionais, no Brasil e no mundo; as mudanças trazidas pelas normas locais harmonizadas; e o que ainda não foi convergido ou os casos que não são aplicáveis ao Brasil. Através de um levantamento realizado nos principais livros que tratam da Contabilidade Internacional moldou-se um roteiro do que é abordado na disciplina Contabilidade Internacional, conforme Figura 01.

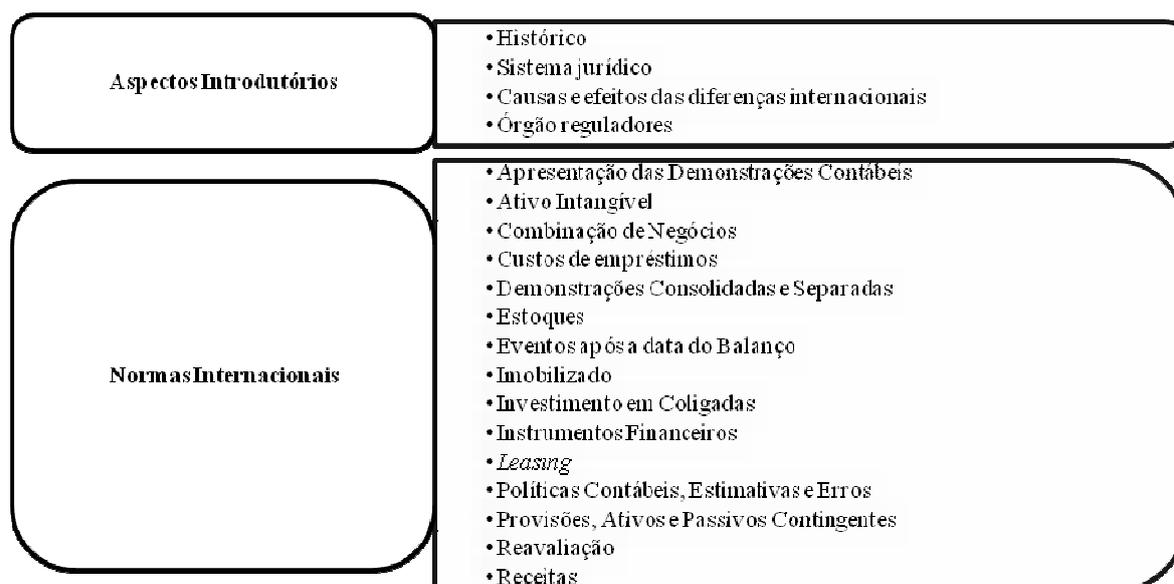


FIGURA 01 – Assuntos abordados nos livros de Contabilidade Internacional. Fonte: Elaborado pelos autores.

3.1. Currículos dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis

A convergência das normas internacionais de contabilidade modificou as práticas contábeis locais e essas mudanças devem ser apresentadas aos profissionais em formação. Entretanto, questiona-se se as universidades estão preparadas para a nova realidade da Ciência Contábil. Gomes (2008, p.26) ressalta que:

Se o caminho da universalização parece estar excessivamente confuso, o amadurecimento dos diversos conceitos de interesse global pode ser uma boa opção para iniciação de um sistema educacional contábil voltado para a nova realidade sócio-econômica internacional. É claro que o problema não se resume a mera adequação curricular. Dentre tantas outras razões, a contabilidade tem sofrido pela omissão de seus profissionais.

A ONU, por meio do grupo de estudos ISAR, emitiu um currículo básico que orienta as instituições de nível superior em contabilidade na elaboração dos conteúdos a serem ministrados, chamado de *Revised Model Accounting Curriculum*. Czesnat (2009, p.26) comenta que “A ONU não pretende que o currículo guia seja adotado integralmente, mas que sirva como base para as instituições de ensino superior formularem seus próprios currículos”.

O currículo é dividido em quatro grandes áreas englobando conhecimentos de formação básica até os de formação mais específica, que são descritos na Figura 02.

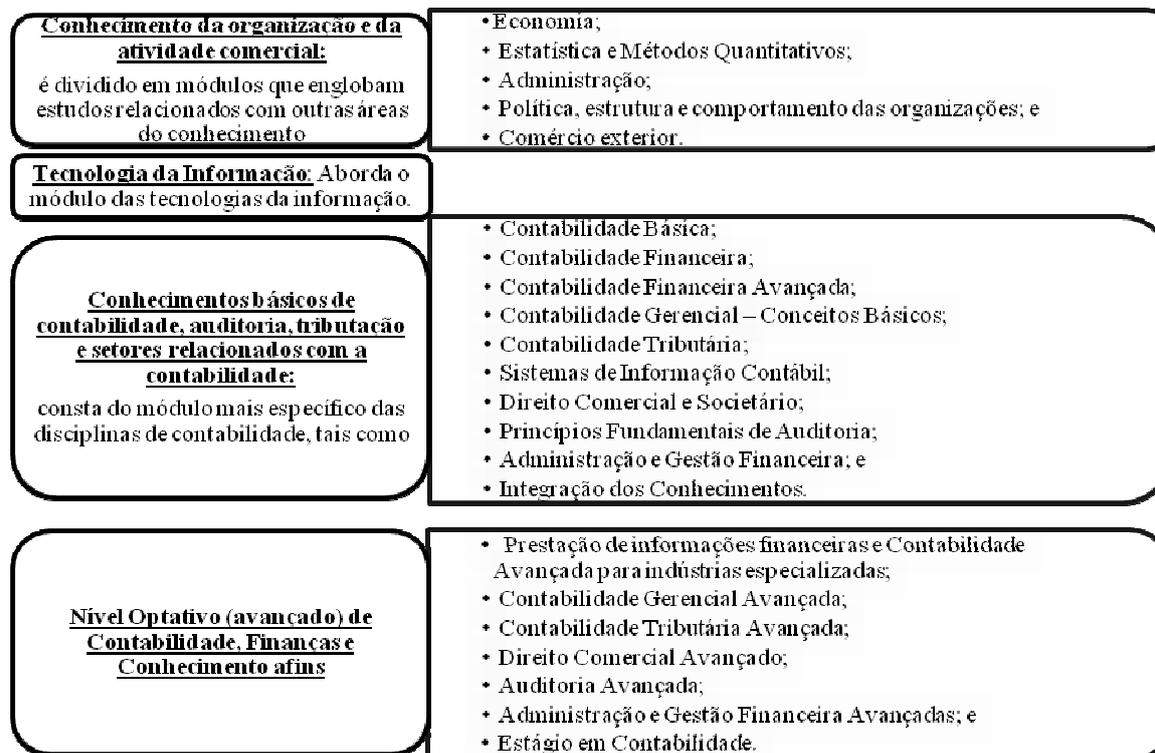


FIGURA 02 – *Revised Model Accounting Curriculum* - Currículo proposto pelo ISAR. Fonte: Traduzido de UNCTAD, 2003.

A emissão de um guia curricular como esse elaborado pela ONU mostra a preocupação mundial com a qualificação dos cursos de graduação em Ciências Contábeis para a boa formação do futuro profissional.

No caso brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) instituiu através da Resolução CNE/CES nº 10, as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em ciências contábeis. O artigo 5º da Resolução CNE/CES 10, de dezembro de 2004, diz que:

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e **internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade**, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando (grifo nosso).

A resolução não obriga as instituições de ensino a adotar a Contabilidade Internacional como disciplina, apenas orienta a inclusão desse tema na grade curricular dos cursos de graduação.

Nesta resolução estão descritos ainda os conteúdos mínimos que os cursos de graduação em Ciências Contábeis devem contemplar, conforme a Figura 03.

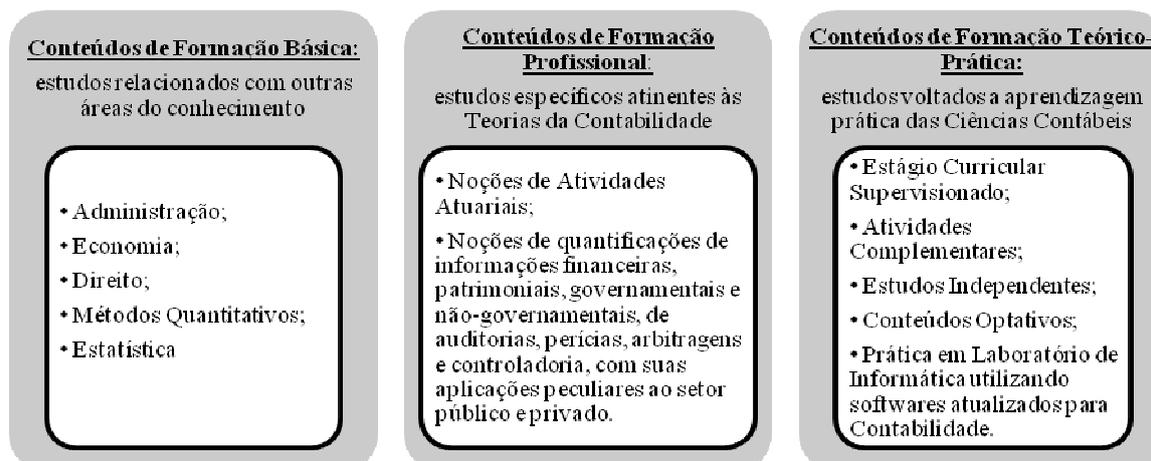


FIGURA 03 – Currículo proposto pela Resolução CNE/CES nº. 10/2004, MEC.
Fonte: Elaborada pelos autores.

3.2. Atualização Docente

O docente deve ser um agente de integração da universidade com a comunidade e para isso deve estar bem preparado e atualizado com a realidade da disciplina lecionada. A aprendizagem contínua é pressuposto da profissão contábil e na área acadêmica a atualização é fundamental.

O CFC tem despontado como órgão atuante na disseminação das novas práticas contábeis promovendo e apoiando eventos voltados aos docentes em relação às novas práticas, tais como: IFRS para Pequenas e Médias Empresas - Formação de Multiplicadores; Encontro Nacional de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis (ENCCCC); X Prolatino – Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino; 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (18º CBC); VI Congresso Interamericano de Professores da Área Contábil; Curso de Contabilidade Internacional para docentes etc.

Como destaque pode-se citar o Curso de Contabilidade Internacional para docentes realizado no período de 26 a 30 de maio e de 7 a 11 de julho de 2008, na sede do CFC, em Brasília. Este evento foi direcionado aos docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) de todos os Estados para promover a disseminação das novas práticas contábeis na sua IES e no seu Estado. Os principais objetivos eram a capacitação dos docentes para o ensino das novas práticas contábeis e a replicação dos conhecimentos adquiridos nos estados de origem dos docentes.

Em outubro de 2010, na 27ª reunião do ISAR ocorrida na sede da ONU na Suíça, o presidente do CFC apresentou um resumo dos esforços realizados no Brasil no processo de convergência das normas brasileiras ao padrão contábil internacional bem como de atualização de docentes e profissionais.

Outra ação que contribui para a discussão da qualidade do ensino e atualização do docente em Ciências Contábeis é o ENCCCC. O encontro busca levar aos participantes temas atuais voltados ao ensino e à profissão contábil, e entre eles os mais debatidos foram relativos às novas práticas contábeis. Destaca-se a segunda edição do evento, ocorrida em março de 2007, que o CFC, com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), pôs para a apreciação dos participantes uma Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Nela o CFC apresentou sugestões de disciplinas que devem conter as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Dentre elas a disciplina de Contabilidade Internacional. Os conteúdos sugeridos nas demais disciplinas também acompanham a nova realidade da prática contábil brasileira.

Visando contribuir para a implementação de padrões internacionais de educação contábil e a capacitação profissional para elaboração de relatórios contábeis de alta qualidade, a ONU realizará em março de 2011 um Fórum de Educação Contábil onde será discutido o desenvolvimento do programa para formação de profissionais de contabilidade.

4. METODOLOGIA

Para a seleção das instituições estudadas fez-se um levantamento das IFES que possuíam o curso de Ciências Contábeis em seus elencos de cursos de graduação. Esse levantamento teve como fonte o *site* no MEC, no qual a busca foi delimitada pelos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis com a modalidade presencial. Totalizando 36 IFES, sendo 11 da região nordeste, 5 da região norte, 6 da região sul, 9 da região sudeste e 5 da região centro-oeste.

Dados foram coletados por meio de questionários aplicados aos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis selecionados. Também foram coletados dados nas grades curriculares dos cursos em questão, obtidas nos *sites* das instituições pesquisadas e analisados os conteúdos ministrados.

Os questionários foram elaborados de forma a captar dos coordenadores dos cursos informações referentes a medidas adotadas visando a adequação do conteúdo ministrado e o aperfeiçoamento do corpo docente, no que diz respeito às novas práticas contábeis.

Após a conclusão do questionário, um pré-teste foi realizado, que indicou pontos falhos que foram corrigidos antes do envio definitivo aos coordenadores. Segundo Mattar (1996, p.113), “O pré-teste é tão importante para o aprimoramento de um instrumento de coleta de dados, que nenhuma pesquisa deveria iniciar sem que o instrumento tivesse sido convenientemente testado”.

Em Outubro de 2010, os questionários foram enviados via correio eletrônico, *e-mail*, acompanhados de cartas de apresentação. Os *e-mails* dos coordenadores foram obtidos nos *sites* das IFES e confirmados por meio de contato telefônico.

Foi dado um prazo de 10 dias para as respostas aos instrumentos de pesquisa. Após decorrido o prazo foram reenviados os questionários aos coordenadores que não haviam enviado suas respostas. Ao final do período de reenvio, 20 questionários foram respondidos, dos quais dois foram considerados inválidos, pois estavam muito incompletos. Totalizando a amostra 18 IFES, o equivalente a 50% da população.

Os dados obtidos foram armazenados e tratados em planilha do Microsoft Excel. As ferramentas de tabela dinâmica e gráfica propostas pelo próprio programa foram utilizadas para encontrar relações entre os dados e expô-los mais claramente.

A análise dos dados obtidos foi segmentada em duas partes: na primeira parte, procedeu-se a análise dos questionários remetidos aos coordenadores dos cursos presenciais de Ciências Contábeis. O questionário levantou questões sobre o ensino das novas práticas contábeis: existência da disciplina Contabilidade Internacional na grade curricular, período em que se situa, conteúdos ministrados e se os assuntos dela foram transferidos para outras disciplinas; qualificação dos docentes, principalmente, os daquela disciplina; as alterações provocadas naquela e em outras disciplinas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Na segunda foram apresentadas informações acerca do currículo do curso de Ciências Contábeis, tendo sido investigados os *sites* das 36 IFES brasileiras que possuem o curso para saber se as grades e os conteúdos eram compatíveis com as recomendações do MEC mais especificamente no tocante ao novo contexto de normas e práticas contábeis advindos com a

convergência contábil assim como para saber se há compatibilidade com o modelo proposto pela ONU.

5. RESULTADOS

5.1. Análise dos dados dos questionários

Inicialmente, foram analisados os dados obtidos com os questionários remetidos aos coordenadores dos cursos. No que diz respeito à disciplina Contabilidade Internacional, das 18 IFES cujos coordenadores responderam ao questionário, 17 possuem a disciplina e em oito delas a disciplina é obrigatória (Figura 04).

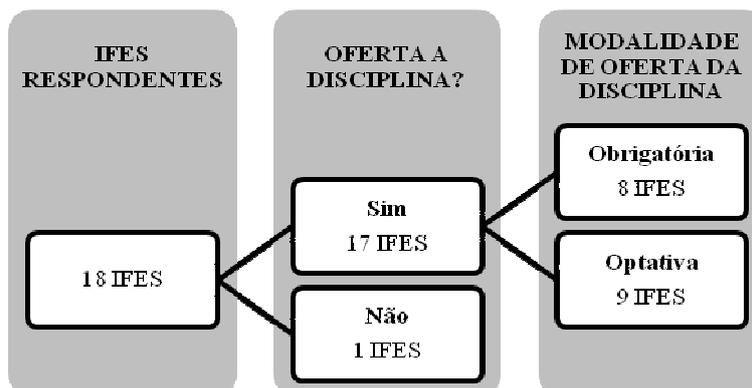


FIGURA 04 – Dados das IFES respondentes acerca da disciplina Contabilidade Internacional.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação à formação/titulação exigida pelas IFES para ministrar a disciplina de Contabilidade Internacional, 10 instituições afirmaram que não há exigência específica. Quando questionadas se existia alguma preferência quanto à formação/titulação do docente da disciplina, as alternativas mais lembradas foram a graduação em Ciências Contábeis e Mestrado (Gráfico 01). A questão permitiu aos respondentes marcar mais de uma alternativa. Na opção “Outros” a principal resposta foi que não havia preferência.

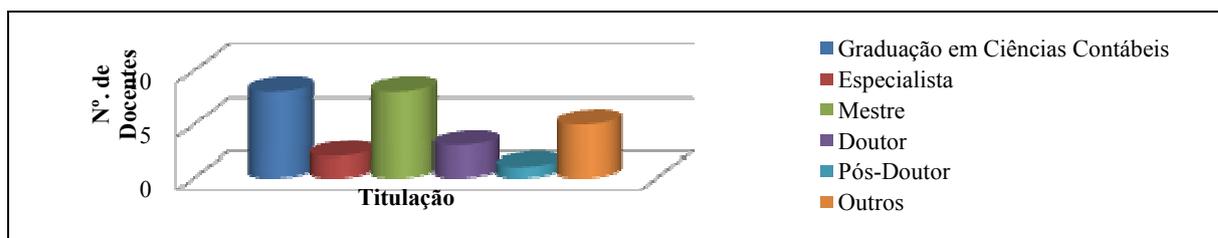


GRÁFICO 01 - Preferência em relação à formação/titulação do docente da disciplina Contabilidade Internacional. Fonte: Elaborado pelos autores

Questionados sobre os temas ministrados na disciplina, o mais apontado pelos coordenadores, 16 vezes, refere-se aos órgãos envolvidos na convergência, conforme Gráfico 02. A questão permitiu aos respondentes marcar mais de uma alternativa, caso necessário. No item “Outros” os coordenadores indicaram, principalmente, as demais normas internacionais não enumeradas na questão.

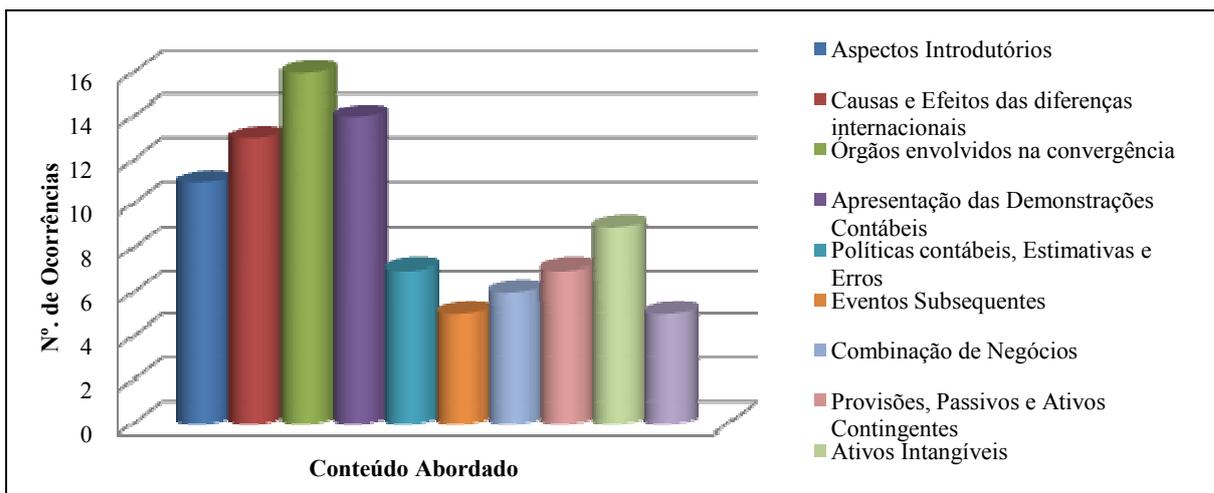


GRÁFICO 02 – Temas abordados na disciplina Contabilidade Internacional. Fonte: Elaborado pelos autores

Quando questionados se a disciplina Contabilidade Internacional havia sido incluída, excluída, permanecido ou continuava não constando na grade curricular, 14 IFES, responderam que a disciplina havia permanecido na grade curricular após a edição das leis e dos documentos do CPC. Duas IFES incluíram esta disciplina; em uma instituição, a disciplina continua não constando na grade e uma IFES não respondeu a questão.

Algumas universidades não têm em seus currículos a disciplina de contabilidade internacional, ou similar, por acreditarem ser uma disciplina fadada à extinção, como comentado por alguns coordenadores questionados. Porém, o que se observa é que o número de instituições com a disciplina Contabilidade Internacional, ou similar, é significativamente maior do que as IFES que não a ofertam.

Os ENCCCC's promoveram inúmeras ações voltadas para a disseminação e implantação das novas práticas contábeis. Uma das perguntas do questionário foi especificamente voltada à participação dos coordenadores destes eventos. Dos 18 coordenadores, 12 não participaram.

O CFC ofereceu, no ano de 2008, um curso específico para a formação de professores disseminadores das novas práticas contábeis. Estes deviam participar desse treinamento com o compromisso de multiplicar os conhecimentos adquiridos na sua região de origem. Os coordenadores quando indagados se, os docentes das suas IFES que ministram a disciplina de Contabilidade Internacional participaram deste curso, foram obtidas as seguintes respostas: quatro coordenadores afirmaram que os docentes participaram; oito afirmaram que os docentes não participaram, cinco não sabiam informar se os docentes da disciplina haviam participado; um coordenador não respondeu a questão.

Dezesseis coordenadores afirmaram que os assuntos relativos à convergência das práticas contábeis afetaram o conteúdo de diversas disciplinas do curso. Nas outras duas IFES, os coordenadores afirmaram que além de Contabilidade Internacional não tiveram outras disciplinas afetadas pela convergência.

A disciplina mais citada, que teve seu conteúdo afetado pela adoção das novas práticas, foi Teoria da Contabilidade; seguida por Contabilidade Avançada; Contabilidade Comercial, Análise das Demonstrações Contábeis e Contabilidade Básica; Controladoria; Contabilidade Gerencial e Legislação Tributária. Na opção "Outros" foram indicadas ainda as disciplinas de Contabilidade de Custos e Contabilidade Societária, não presentes no questionário. Uma IFES não respondeu a questão, conforme Gráfico 03.

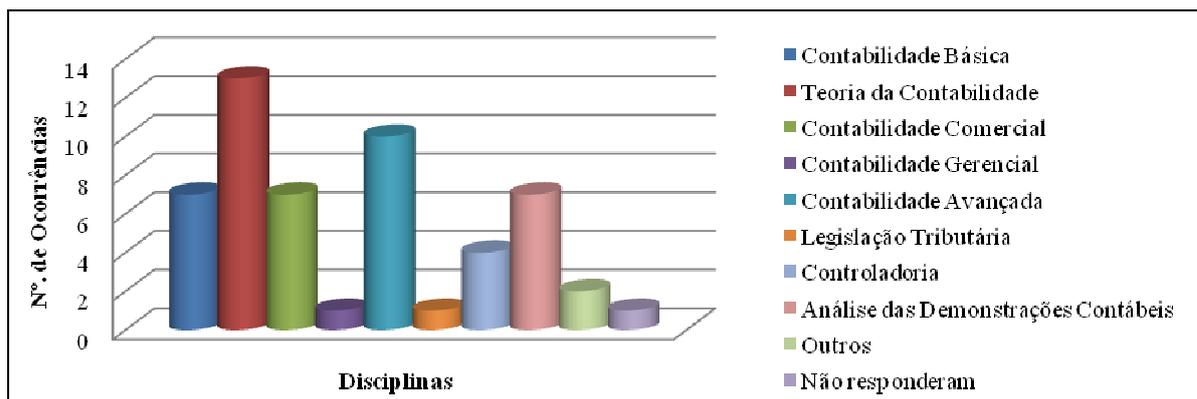


GRÁFICO 03 – Disciplinas que tiveram seus conteúdos afetados pelas novas práticas contábeis. Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas em relação ao ensino das novas práticas, dez coordenadores citaram a qualificação do docente, cinco indicaram a carência de material didático sobre o assunto, quatro apontaram ser insuficiente o número de docentes, cinco coordenadores pontuam como dificuldade a falta de cursos de aperfeiçoamento abordando o assunto da harmonização contábil, quatro responderam não haver dificuldades para o ensino da nova realidade contábil e um coordenador não respondeu (Tabela 01).

TABELA 01 – Dificuldades encontradas em relação ao ensino das novas práticas contábeis

| Motivos | Nº Ocorrências | Total de respondentes/ Nº. Ocorrências |
|-------------------------------------|----------------|---|
| Qualificar o corpo docente | 10 | 55% |
| Falta de material didático | 5 | 28% |
| Número de cursos de aperfeiçoamento | 5 | 28% |
| Número de docentes insuficiente | 4 | 22% |
| Não há dificuldade | 4 | 22% |
| Não responderam | 1 | 5% |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Foi perguntado aos coordenadores se os professores do curso de Ciências Contábeis participaram dos cursos do sistema CFC/Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC'S), voltados à disseminação da convergência das normas contábeis. 14 coordenadores responderam que seus docentes participaram e quatro afirmaram que seus docentes não participaram. A faixa de professores participantes destes cursos mais frequente foi a de 1 a 3 docentes, como observado na Figura 05.

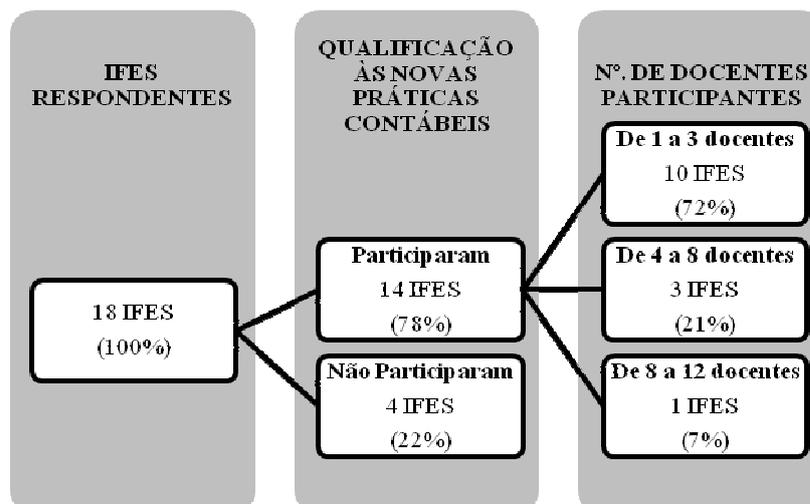


FIGURA 05 – Participação dos professores nos cursos do sistema CFC/CRC's Fonte: Elaborada pelos autores.

A ação de atualização para os docentes em relação ao ensino das novas práticas mais indicada pelos coordenadores foi a palestra, seguida pelos cursos e os grupos de estudos, indicados na opção “Outros”. Além destas foram citados ainda os congressos e os seminários. Dois coordenadores não responderam a questão (Gráfico 04).

Das 18 IFES pesquisadas, apenas quatro patrocinaram seus docentes em ações voltadas ao aperfeiçoamento destes nas novas práticas contábeis. As 14 demais, não patrocinaram seu corpo docente em ações dessa natureza.

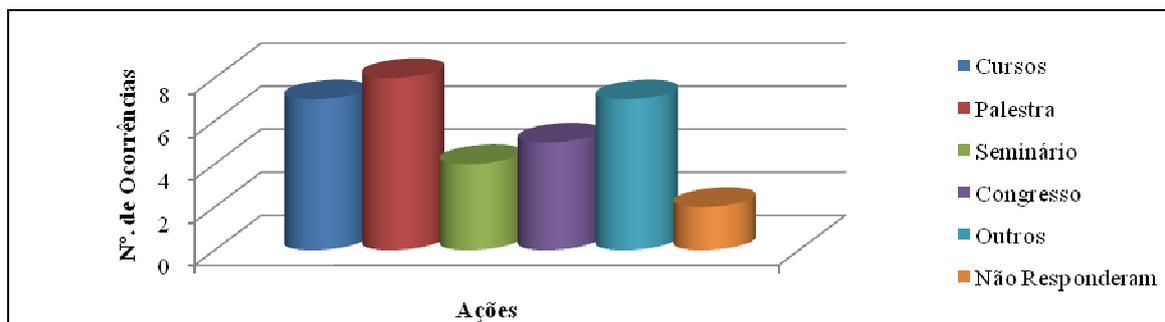


GRÁFICO 04 – Ações realizadas pelas IFES para promover o aperfeiçoamento dos docentes nas novas práticas contábeis. Fonte: Elaborado pelos autores

Ações de pesquisa, ensino e extensão são importantes para a formação profissional do futuro contador. Esses tipos de ações voltadas às novas práticas contábeis ajudam na compreensão e fixação maior do conteúdo. Os coordenadores foram questionados se as suas IFES mantinham projetos de pesquisa, extensão e/ou ensino voltados às novas práticas contábeis. Dez instituições não mantêm nenhum tipo de programa voltado às novas práticas contábeis. Uma IFES não respondeu essa pergunta e as 7 demais possuem ações que vão desde projetos de iniciação científica, grupo de estudos até elaboração de trabalhos de conclusão de cursos sobre o tema.

5.2. Análise das Grades Curriculares

Após a análise dos dados dos questionários remetidos aos coordenadores dos cursos, procedeu-se a análise do conteúdo ministrado nos cursos de Ciências Contábeis, tomando por base as grades curriculares coletadas nos sites das IFES que as disponibilizam irrestritamente. Das 36 instituições pesquisadas, 29 disponibilizam acesso irrestrito aos documentos relativos aos conteúdos ministrados (ementas, grades curriculares, projeto político-pedagógico etc.) (Tabela 02). Ao longo desta seção, os documentos relativos ao curso serão tratados como grade curricular, como forma de uniformização de termos.

TABELA 02 – Grades curriculares divulgadas nos *sites* das IFES

| Região | MEC | Nº IFES que divulgam as grades curriculares |
|--------------|-----------|---|
| Centro-oeste | 5 | 5 |
| Nordeste | 11 | 9 |
| Norte | 5 | 2 |
| Sudeste | 9 | 7 |
| Sul | 6 | 6 |
| TOTAL | 36 | 29 |

Fonte: Elaborada pelos autores

Verificou-se as IFES cujo conteúdo da grade é semelhante ao recomendado, mais especificamente no tocante ao novo contexto de normas e práticas contábeis advindos com a convergência contábil.

Fazendo uma análise das disciplinas constantes nas grades curriculares observa-se que as instituições têm seus conteúdos adaptados às recomendações do MEC de diferentes formas. Das 29 IFES que disponibilizam as grades curriculares, 19 adotam todos os conteúdos de formação básica sugeridos, sendo compatíveis com as recomendações do MEC. Os conteúdos de formação profissional apresentaram a menor compatibilidade com 12 cursos de Ciências Contábeis de IFES adotando todos os conteúdos sugeridos pelo MEC, como demonstrado na Tabela 03.

TABELA 03 – Compatibilidade das grades curriculares com o conteúdo mínimo recomendado na Resolução CNE/CES 10/2004 do MEC

| Conteúdos | Centro-oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Nº Total de IFES adaptadas |
|--------------------------|--------------|----------|-------|---------|-----|----------------------------|
| Formação Básica | 4 | 7 | 1 | 5 | 2 | 19 |
| Formação Profissional | 2 | 6 | 0 | 2 | 2 | 12 |
| Formação Teórico-Prática | 2 | 6 | 0 | 5 | 3 | 16 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os conteúdos das disciplinas presentes nas grades curriculares disponíveis nos *sites* das IFES também foram comparados com o conteúdo sugerido no *Revised Model Accounting Curriculum* do ISAR. Observou-se que, à exceção de três dos 29 cursos que disponibilizam a grade curricular, todos os demais apresentam conteúdos referentes a área de conhecimento de “tecnologia da informação” e que 21 IFES apresentam as mesmas disciplinas sugeridas referentes a “conhecimentos básicos em contabilidade”. Acredita-se que o baixo número de IFES com conteúdos coincidentes com os propostos pelo ISAR, a título de “optativo avançado em contabilidade”, deriva em parte das especificidades de cada região. Para melhor explicar esta afirmação, pegou-se como exemplo a grade curricular de dois cursos que, respectivamente, no primeiro, pela localização, e, no segundo, pela atividade principalmente desenvolvida na região, as disciplinas de caráter optativo eram voltadas ao aperfeiçoamento de línguas estrangeiras e ao agronegócio. Em relação ao conteúdo referente ao “conhecimento da organização”, o conteúdo atinente a comércio exterior foi o menos apresentado nas grades curriculares (Tabela 04).

TABELA 04 – Compatibilidade das grades curriculares com o conteúdo mínimo recomendado pelo *Revised Model Accounting Curriculum*

| Conteúdos | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Nº Total de IFES adaptadas |
|--|--------------|----------|-------|---------|-----|----------------------------|
| Conhecimento da organização | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| Tecnologia da Informação | 3 | 9 | 2 | 7 | 6 | 26 |
| Conhecimentos Básicos de Contabilidade | 3 | 6 | 2 | 5 | 5 | 21 |
| Nível Optativo Avançado de Contabilidade | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |

Fonte: Elaborada pelos autores.

A proposta de conteúdo curricular nacional teve menor adesão, em comparação a internacional, porém sua adoção ocorreu de maneira mais uniforme em todos os grupos de conteúdos (19,12 e 16), o que não ocorre em relação à proposta do ISAR pois com relação a determinados conteúdos, como comércio exterior referente à área de conhecimentos da organização e quase todos os conteúdos de conhecimento optativo avançado de contabilidade houve pouca ou nenhuma adesão. Enquanto conhecimentos de “tecnologia da informação” e “conhecimentos básicos de contabilidade” apresentaram adesão de 26 e 21 IFES; com relação aos “conhecimentos da organização” e “optativos avançados de contabilidade” apenas 5 e 2 IFES, respectivamente adotaram os conteúdos sugeridos pelo *Revised Model Accounting Curriculum* mais relacionados às novas práticas em suas grades curriculares.

Analisando o conteúdo dos currículos em relação à disciplina Contabilidade Internacional, observou-se que, das 36 instituições estudadas, 23 ofertam essa disciplina e delas, 13 ofertam-na como eletiva.

6. CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou descrever as medidas adotadas pelas IFES brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da contabilidade.

Iniciativas para a harmonização das normas locais às internacionais foram realizadas. No caso brasileiro, verifica-se a sanção das leis nº 11.638/07 e 11.941/09, além da criação do CPC e emissão de seus pronunciamentos.

Órgãos como o CFC realizam ações visando à capacitação dos docentes de Ciências Contábeis, com destaque para as ações de capacitação às novas práticas contábeis, entre elas o Encontro Nacional de Coordenadores de Curso de Ciências Contábeis, o Curso de Contabilidade Internacional para docentes, ambos realizados pelo CFC e, o mais recente destes, o curso de IFRS para Pequenas e Médias Empresas – Formação de Multiplicadores.

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 é uma das estratégias brasileiras para a adequação dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis. Esta indica o conteúdo mínimo que deve conter e aponta como sugestão a inserção de conteúdos acerca da harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade. Já, internacionalmente, uma das estratégias adotadas é o *Revised Model Accounting Curriculum* que propõe um currículo básico para os cursos de graduação, como forma de harmonização internacional dos conteúdos ministrados.

Após o levantamento das grades curriculares das 29 Instituições Federais de Ensino Superior, conclui-se que os cursos de graduação em Ciências Contábeis presenciais possuem um razoável grau de compatibilidade de seus conteúdos aos propostos pelo MEC e pelo ISAR. A maioria das IFES adota a disciplina de Contabilidade Internacional, o que indica a

preocupação com a atualização dos conteúdos ministrados, mesmo que o tipo de oferta predominante desta seja optativa.

Com os dados extraídos de 18 questionários confirma-se que, em relação ao conteúdo programático dos cursos, a disciplina de Contabilidade Internacional é implantada na maioria das IFES. E que apesar da adoção, ou não, da disciplina os assuntos advindos das novas normas contábeis são abordados em outras disciplinas, como Teoria da Contabilidade, Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Contábeis.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento docente foi constatado o baixo investimento na atualização acerca das novas práticas contábeis. O número reduzido de professores que participam de ações de capacitação, a falta de patrocínio das IFES para o seu quadro docente participar de eventos e a pouca variedade de ações desenvolvidas pelas IFES brasileiras para o aperfeiçoamento nas novas práticas justificam a maior dificuldade apontada pelos coordenadores em relação ao ensino delas: o corpo docente.

Tais medidas de adequação e atualização do ensino em Ciências Contábeis produzem reflexos no aprendizado do corpo discente. Medidas complementares ao ensino das novas práticas em sala de aula também foram questionadas. Porém, não se mostraram com frequência entre as IFES pesquisadas. A maioria não realiza nenhum tipo de ação ligada ao ensino, pesquisa e/ou extensão voltadas às novas práticas contábeis.

Novas pesquisas poderão ser realizadas englobando todas as universidades públicas, ou ainda as instituições de ensino superior particulares. Outra limitação foi quanto aos cursos de graduação em Ciências Contábeis presenciais, diferentes pesquisas podem ser realizadas ampliando as modalidades de ensino (presencial, semipresencial e à distância).

REFERÊNCIAS

AMENÁBAR, A. M. H. **Harmonização Contábil em cinco países da América do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, USP, São Paulo; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução nº. 10/04**, de 16 de dezembro de 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em maio 2010.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005**, São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº. 1.055, de 07 de outubro de 2005. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/RES_1055.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

CZESNAT, A. O. ; CUNHA, J. V. A. DOMINGUES, M. J. C. S. **Análise comparativa entre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades do Estado de Santa Catarina listadas pelo MEC e o currículo mundial proposto pela ONU/ UNCTAD/ISAR**. Revista Gestão & Regionalidade, Vol. 25, nº. 75, p.22-30, set-dez/2009. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/viewFile/186/109>. Acesso em: ago. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIROTTI, M. **A migração das normas contábeis brasileiras para o padrão internacional: especialistas analisam o processo.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano XXXVIII, n.º. 175, p. 7-23, jan./fev. 2009.

GOMES, C.J.V.; CARVALHO, D. R.; OLIVEIRA, R. M. A. **O ensino da disciplina Contabilidade Internacional: um estudo comparativo nas IES Capixabas e Potiguares.** Revista de Informação Contábil, v. 2, n.º 3, p. 22-42, jul./set., 2008. Disponível em <<http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/103/104>>. Acesso em: abr. 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing:** edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MEIRELLES JUNIOR, J. C. **Harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade.** Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2009. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf>. Acesso em: mai. 2010.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** 1ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A. M. S.; FARIA, A. O.; OLIVEIRA, L. M.; ALVES, P. S. L. G. **Contabilidade Internacional: Gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos.** São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.. **Contabilidade Internacional Avançada.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. UNCTAD. **Revised model accounting curriculum (MC) – Review, in english.** Genève: Unctad, 2003. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/c2isar21_en.pdf>. Acesso em: ago. 2010.